



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*
MBA em Gestão pública

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8.	Estágio Não Obrigatório.....	7
9.	Matriz Curricular	8
10.	Carga Horária	8
11.	Conteúdo programático.....	8
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica	24

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Gestão pública

Área de Avaliação (CAPES): Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (6.02.00.00-6)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Servidores públicos e agentes políticos graduados em nível superior, bacharéis graduados especialmente em Ciências Sociais, Ciência Política, Administração, Direito, Economia, Ciências Contábeis e demais profissionais graduados com motivação e potencial para a realização de estudos acadêmicos aplicados à Administração Pública.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

As mudanças na Administração Pública abriram espaço para a dinamização dos gastos públicos, tanto na esfera Federal, quanto nos Estadual e Municipal. Nos últimos anos, verifica-se a combinação de conceitos e práticas da esfera privada para a pública, que possibilitam uma gestão mais ágil e transparente e que agregado aos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional e resultados, permitem agregar valor à gestão pública e mais interação com o setor privado.

Neste cenário de transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais, a sociedade exige cada vez mais que os gestores públicos prestem contas acerca de suas políticas, ações e utilização de recursos.

Ocorre, entretanto, um movimento razoavelmente lento entre as teorias da administração pública estudadas e a efetiva aplicação prática no cotidiano das organizações burocráticas, principalmente no âmbito municipal.

Dessa forma, a presente proposta está focada no pressuposto de que os servidores públicos municipais das prefeituras, sejam elas de quaisquer tamanhos, rotineiramente repetem suas operações administrativas sob a perspectiva de um sistema organizacional pouco ágil e a tal ponto centralizado que acaba por gerar resultados insatisfatórios para o cliente final: o munícipe.

O presente curso, portanto, pretende alinhar o respeito e a utilização dos regulamentos jurídicos que regem a atuação dos homens públicos, porém de uma forma menos centralizada, mais ágil e sob a perspectiva dos ganhos em termos econômicos e dos resultados obtidos. Objetiva, em suma, oferecer uma ampliação de conhecimentos e treinamentos destinados a fazer com que os órgãos das administrações públicas municipais possam atuar com mais qualidade e menor custo.

As disciplinas que compõe o curso demonstram as relações entre questões legais e formais, aliadas à busca por novas estratégias de ação pública, em que o respeito às leis não seja tomado como apanágio para o mau funcionamento do sistema. Dessa forma, há “balanceamento” dos módulos, combinando questões técnicas jurídicas e legais, com temas vinculados à estratégia e à gestão pública moderna, valorizando estudos de caso e a inclusão de práticas do setor privado dentro das administrações municipais.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O curso objetiva formar profissionais de nível superior para atuarem na administração pública, de modo a preparar os futuros gestores para planejar, organizar, dirigir e avaliar projetos e programas governamentais, bem como utilizar as modernas tecnologias, contribuindo para a solução de problemas organizacionais.

6.2. Objetivos Específicos

- Municiar o aluno com os fundamentos da Administração Pública e do seu planejamento por meio da análise das relações políticas e sociais que se estabelecem na definição do modelo de Estado e dos mecanismos de regulação estatal, bem como dos fundamentos do modelo financeiro adotado no país em análise comparativa internacional. As modernas ferramentas da gestão dos recursos humanos serão avaliadas em perspectiva comparada com os modelos operados na iniciativa privada e em outros órgãos públicos nacionais e internacionais.
- Dotar o aluno de visão acerca das regulações do Estado, por meio das leis de Licitações e Contratos, Tributação, Orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da aplicação do Estatuto da Cidade entre outras normas a fim de propiciar uma atuação eficaz e norteadas pela legalidade; serão analisados também como se dá a definição, gestão e controle dos gastos e investimentos da Administração Pública e também como se estabelece a comunicação com a sociedade, bem como quais são os fundamentos legais que a orientam.
- Capacitar os alunos para atuar na Administração Pública, por meio das modernas ferramentas de gestão e estratégias, tanto na formulação como na captação de recursos, necessárias para uma eficaz administração, possibilitando a identificação e o atendimento das necessidades da comunidade, bem como do uso da tecnologia no aprimoramento da prestação de serviços públicos.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);

- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no

Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de

pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Planejamento estratégico na gestão pública	0h	40h	40h
Gestão de pessoas no setor público	0h	40h	40h
Finanças públicas	0h	40h	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	0h	40h	40h
Orçamento e controles internos e externos	0h	40h	40h
Marketing público, atendimento e comunicação com a sociedade	0h	40h	40h
Formulação, gestão e avaliação de políticas públicas	0h	40h	40h
Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública	0h	40h	40h
Estratégias de captação de recursos para o setor público	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Ementa: Administração Pública: construção do Estado e da sociedade; estrutura do Estado Brasileiro; organização da Administração Pública brasileira; princípios constitucionais e meios de controle da Administração Pública. Planejamento Estratégico na Administração Pública: Planejamento (fundamentos, processos, tipos); Planejamento estratégico (conceito, etapas do processo, histórico – origem, ascensão, queda e ressurgimento). Planejamento estratégico no setor público: diferença entre setor público e setor privado, planejamento estratégico no setor público, benefícios e dificuldades de implementação. Reforma administrativa e gestão pública: reforma administrativa; gestão nos serviços públicos; dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, tipo de serviços públicos e papel do Estado; gestão de serviços públicos e boa governação.

Objetivo: A disciplina “Planejamento Estratégico na Gestão Pública” procura compreender a estrutura do Estado e da Administração Pública para, posteriormente, delinear o planejamento estratégico na Administração Pública. Não obstante, busca-se analisar a reforma administrativa e seus impactos na gestão pública. Assim, será possível compreender as mudanças nos modelos de Administração Pública e avaliar os modelos de planejamento estratégico.

Competências e Habilidades:

- Compreender a noção de Estado e como está estruturado o Estado brasileiro;
- Compreender a estrutura da Administração Pública brasileira;
- Conhecer o planejamento estratégico e seu processo na tomada de decisões;
- Conhecer o planejamento estratégico na Administração Pública e seus métodos;
- Desenvolver o planejamento na gestão pública.

Conteúdo Programático 1: A construção do Estado e da sociedade.

O primeiro tema tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação do Estado e da sociedade, bem como, da estruturação do Estado Brasileiro. Para tanto, será apresentado a noção de Estado, identificando as teorias relacionadas à sua origem e desenvolvimento histórico. No que se refere ao Estado brasileiro, busca-se delinear sua estrutura organizacional.

Texto de apoio: MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Conteúdo Programático 2: Administração Pública brasileira.

O segundo tema tem como objetivo apresentar a estrutura da Administração Pública brasileira, de modo a delinear a organização pública, diferenciando Governo, Estado e Administração Pública. Busca-se, ainda, apresentar a Administração Pública em seus três sentidos: principiológico, sentido objetivo e subjetivo. Além disso, objetiva-se identificar os meios de controle da Administração Pública.

Texto de apoio: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e processo de tomada de decisão.

O objetivo do terceiro tema é apresentar o planejamento como uma das funções administrativas. Neste sentido, discutem-se os fundamentos do planejamento, que nada mais são do que um tipo particular de tomada de decisão. Traçam-se, ainda, os processos de planejamento e seus três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.

Texto de apoio: CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

Conteúdo Programático 4: Planejamento estratégico e seus precedentes históricos.

O quarto tema tem como objetivo analisar o Planejamento Estratégico, de modo a apresentar seu conceito e as etapas do processo de planejamento estratégico. Busca-se, ainda, apresentar seu desenvolvimento histórico, de modo a elencar sua origem, ascensão, queda e ressurgimento.

Texto de apoio: MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico no setor público.

O objetivo do quinto tema é a analisar o Planejamento estratégico no setor público. Para tanto, busca-se delinear as diferenças entre setor público e setor privado e apresentar o planejamento estratégico no setor público, de modo a tratar dos benefícios e dificuldades de sua implementação.

Texto de apoio: TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público.** São Paulo: Editora Senac, 2019.

Conteúdo Programático 6: Reforma administrativa e gestão pública.

Para o sexto tema busca-se analisar os impactos da reforma administrativa e identificar as técnicas de gestão adotadas pela Administração Pública.

Texto de apoio: LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico na gestão pública.

O objetivo do sétimo tema é traçar a dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, bem como os tipos de serviços públicos e o papel do Estado. Busca-se, ainda, delinear a gestão de serviços públicos e a boa governação.

Texto de apoio: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo**. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2019.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

CAULLIRAX, Heitor; YUKI, Mauro (Org.). **Gestão pública e reforma administrativa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa: Servidores estatutários. Empregados públicos. Servidores temporários. Provimento. Licenças. Afastamentos. Vacância. Seguridade social. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar.

Tema 1 - Os agentes públicos no direito brasileiro

Tema 2 - Provimento, movimentação e vacância na Administração Pública

Tema 3 - Licenças, afastamentos e outras particularidades

Tema 4 - Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar.

Bibliografia

BORGES, Emerson. **A Constituição brasileira ao alcance de todos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4.ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 22.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LAZARI, Rafael de; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual de direito administrativo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Apontamentos sobre os agentes e órgãos públicos**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975

Disciplina: Finanças Públicas

Ementa: Estudo dos conceitos que envolvem finanças públicas, como políticas econômicas, sistema tributário, orçamentário e déficit e dívida pública, todos com ênfase para o caso brasileiro.

Competências e Habilidades:

- Entender o papel do estado e suas funções econômicas em suas dimensões alocativa, distributiva e estabilizadora;
- Compreender o sistema tributário brasileiro, suas características e aspectos dentro do federalismo;
- Assimilar os conceitos e definições que envolve o sistema político e orçamentário público;
- Estudar os conceitos de déficit e dívida pública e interpretar as métricas que os mensuram.

Conteúdo Programático 1: Introdução a finanças públicas: o papel do Estado na economia e as funções econômicas do governo em suas dimensões (Alocativas, Distributiva e Estabilizadora).

Conteúdo Programático 2: Sistema Tributário Brasileiro. Princípios e características do sistema tributário brasileiro e aspectos federalista da tributação brasileira.

Conteúdo Programático 3: Orçamento público e políticas orçamentárias. Definição de Receitas e Despesas públicas. Classificação das Receitas e Despesas por função e subfunção.

Conteúdo Programático 4: Déficit e Dívida Pública. Estudo do déficit público e a dívida pública. Conceitos e medidas utilizados para a mensuração do déficit e dívida.

Bibliografia:

ARVATE, P.; BIDERMAN, C. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Editora: CAMPUS, 2005.

BANCO MUNDIAL. International Debt Statistics 2020. Washington, DC: World Bank. © World Bank, 2020.

BRASIL. Normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso: 07 set. 2020.

BRASIL. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l4320.html>. Acesso: 07 set. 2020.

BRASIL. Sistema Tributário Nacional. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l5172.html>. Acesso: 07 set. 2020.

CARVALHO, D. **LRF:** Doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARVALHO, D. **Orçamento e Contabilidade pública:** teoria e prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. **Finanças Públicas:** Teoria e Prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, M. A. (org.). **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2006.

REZENDE, A. J. **Contabilidade tributária:** entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Licitações e Lei de Responsabilidade Fiscal

Ementa: Estudo da Administração Pública, incluindo seu conceito, formas de organização, diferenciação e classificação dos entes públicos. Compreensão do conceito de licitação e sua fundamentação legal. Diferenciação e análise dos tipos e modalidades de licitação e suas aplicações. Análise dos princípios aplicados à licitação. Verificação das normas que disciplinam as licitações: Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações, Lei 14133/2021; Lei nº 10.520/02; LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo do edital de licitação: forma, elementos, critérios, especificações, instruções. Análise dos principais aspectos e elementos do contrato administrativo: cláusulas, fiscalização, rescisão, multa. Verificação das hipóteses de dispensa do processo licitatório e contratação direta. Análise de recursos cabíveis no processo licitatório e inexecução contratual, e os tipos penais da Lei nº 8.666/93. Aspectos práticos das licitações.

Competências e Habilidades:

- Compreender a Administração Pública, seu conceito, Administração Pública Direta e Indireta;
- Compreender o conceito de ente público, órgãos, entidades, sua diferenciação e classificação;
- Conhecer os diversos tipos e modalidades da licitação, sua aplicação e obrigatoriedade de utilização pelos entes públicos;
- Conhecer as leis que regulamentam e disciplinam o processo de licitação;
- Verificar as atualizações da Nova Lei das Licitações;
- Estudar os princípios que regem o processo licitatório;
- Compreender os elementos que compõe o edital de licitação e sua importância;
- Estudar controle administrativo e responsabilidade fiscal;
- Analisar o controle administrativo nas licitações.

Conteúdo Programático 1: A Administração Pública: conceito, classificação, órgãos, entidades, diferenciação e classificação dos entes públicos; orçamento público. A Administração Pública, serviços Públicos e a necessidade de licitar.

Conteúdo Programático 2: Conceito de licitação: fundamentação legal, tipos, modalidades, princípios aplicados à licitação. Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço. Nova Lei de Licitações.

Conteúdo Programático 3: Processo licitatório. Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação. Recursos. Nova Lei de licitações.

Conteúdo Programático 4: Controle Administrativo e Responsabilidade Fiscal; órgãos de fiscalização e formas de fiscalização na licitação. Lei de acesso à Informação.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONTEIRO, Vera (coord.). O novo regime jurídico das licitações e contratos. Revista do Advogado. São Paulo, nº 153, Mar.2022.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade Fiscal**. Fórum, 2004.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Disciplina: Orçamento e Controles Internos e Externos

Ementa: Organização orçamentária no Brasil. Orçamento como ferramenta de planejamento gerencial. Programação e execução financeira. Controles Interno e Externo. Controle Social.

Competências e Habilidades:

- Discernir sobre a questão do orçamento na Administração Pública, a importância do planejamento
- Identificar os valores basilares na construção do processo orçamentário na Administração Pública.
- Reconhecer o histórico e quais são as ferramentas instituídas para a formulação, validação e aprovação do orçamento no Brasil.
- Conhecer e analisar os instrumentos da programação e execução orçamentária.
- Identificar os instrumentos de Controles Internos e Externos.
- Praticar a Cidadania.

Conteúdo Programático 1: Planejamento e Orçamento Público.

Conteúdo Programático 2: Modelo Orçamentário no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Programação e Execução Financeira.

Conteúdo Programático 4: O controle da execução orçamentária.

Bibliografia:

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das Finanças**. 16. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências complementares:

AGUIAR, Joaquim Castro. **Sistema Tributário Municipal**. Editora Jose Konfino, 1971.

AGUIAR, Ubiratan Diniz; FIGUEIREDO, Alexandre; FIGUEIREDO, Pedro Ângelo Sales. Controle Social das Contas Públicas. “O papel do Controle Externo: TCU, TCE, TCM”. **Universidade Aberta do Nordeste**.

Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/corso_controle_social/tcm-03.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. Ed. Brasília, Coleção Gestão Pública, 2008.

BENEVIDES, Mauro. Controle Social das Contas Públicas. Educação fiscal e controle social. **Universidade Aberta do Nordeste**. Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/corso_controle_social/tcm-09.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

BLIACHERIENE, Ana Carla e RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Fiscalização financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento. In. Conti, José Mauricio e Scaff, Fernando Facury. Coordenadores. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. **Editora Revista dos Tribunais**, 2011.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FERRER, Florência. “**Déficit de Avaliação**” na Administração Pública e seus Efeitos Perversos. Disponível em: <www.florenciaferrer.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FUNDAP – **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Gestão Orçamentária e Financeira. Programa de Desenvolvimento Gerencial. São Paulo, 2008.

HARADA, KYOSHI. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

MARE - **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO** – Programa da qualidade e participação na administração pública, Caderno 4, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE GESTÃO. **Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial [...]. Produto 1**: Mapeamento bibliográfico e do Estado da Arte sobre indicadores de Gestão. Brasília, 2009.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR, José Teixeira. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro. Lumen Juris Editora, 2012.

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE. **Controle Social das Contas Públicas**. Disponível em: www.ontrolesocial.fdr.com.br. Acesso em: 21 nov. 2016.

Disciplina: Marketing Público, Atendimento e Comunicação com a Sociedade

Ementa: Temáticas essenciais à consolidação de estratégias e ações de comunicação, focadas no atendimento de demandas da sociedade. Aspectos éticos e legais da comunicação pública. Conceitos de Democracia, Comunicação Social e a Opinião Pública. Marketing Público e Político.

Objetivo: A Comunicação Social é uma ferramenta capaz de aprimorar o sentido da gestão pública, que nada mais é do que o conjunto de direitos e deveres dos poderes públicos para com a sociedade. Assim, o objetivo aqui é refletir sobre quatro temáticas essenciais à consolidação de estratégias e

ações de comunicação. Primeiramente, será discutido o conceito de democracia para justificar a relevância da comunicação em uma sociedade democrática. Na segunda aula serão observados os aspectos legais da comunicação no setor público, tendo como foco a opinião pública. No terceiro encontro será verificada a relevância mais prática das ações de comunicação no que se refere à Transparência e ao Atendimento ao cidadão, e, por fim, o quarto encontro abordará as estratégias do Marketing Público e o uso das tecnologias à serviço da Comunicação Social. Trata-se, nesse caso, de algo prático e absolutamente preocupado com a realidade, visando possibilitar reflexões de ordem ética e profissional.

Competências e Habilidades:

- Refletir e examinar questões referentes às diferentes formas de comunicação pública;
- Estímulo ao exercício da cidadania e/ou da atuação no setor público com maior eficiência;
- Analisar criticamente o exercício da atividade profissional de comunicadores na área pública;
- Conhecer conceitos fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de comunicação.

Conteúdo Programático 1: Democracia e Comunicação Social: conceitos e desafios contemporâneos.

Conteúdo Programático 2: Aspectos Legais da Comunicação no Setor Público: Opinião Pública.

Conteúdo Programático 3: Atendimento ao cidadão e Comunicação com a Sociedade: ouvidoria e transparência.

Conteúdo Programático 4: Estratégias de Marketing Público e suas Variáveis: tecnologias à serviço da Comunicação.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia** – uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei de Acesso à Informação. LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em 25 set. 2020.

CERVELLINI, Silvia; FIGUEIREDO, Rubens. **O que é opinião pública?** São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos (número 305), 1996.

DANTAS, Humberto e MARTINS JR, José Paulo (orgs.). **Introdução à Política Brasileira.** São Paulo: Paulus, 2007.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político em tempos modernos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

KOTLER, Philip e LEE, Nancy. **Marketing no setor público**: um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman e Wharnton School Publishing, 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VISMONA, Edson Luiz. **A experiência dos ouvidores públicos**. Cadernos FUNDAP, número 22, páginas 160 a 168, 2001.

Disciplina: Formulação, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa: Sistemática e os mecanismos das políticas públicas. Ciclo do planejamento à avaliação das políticas públicas. Formulação de políticas públicas. Fases das políticas públicas: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Objetivo: Nesta disciplina, você irá conhecer a sistemática e os mecanismos das políticas públicas, como ocorre esse ciclo, do planejamento à avaliação, primeiramente conhecendo os aspectos teóricos sobre o assunto e um pouco da história sobre o tema no Brasil; na sequência, irá ver como são formuladas as políticas públicas, como os Governos podem atender aos anseios da população, quais são as fontes de financiamento, como formular políticas públicas diante da escassez de recursos e do ambiente político, que indiretamente interfere na priorização das necessidades da população. Além disso, estudará as fases das políticas públicas, quais sejam: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação. Executar as políticas públicas é fazer acontecer o que foi planejado, sendo que o grande desafio é avaliar o que foi executado e, conseqüentemente, retornar ao início do processo de forma a rever as iniciativas que não obtiveram o resultado esperado.

Conteúdo Programático 1: Teoria da Política Pública. Apresentação dos diversos conceitos e características relacionadas às políticas públicas, compreendendo quais são os atores envolvidos no processo, bem como qual o papel de cada um, com destaque especial ao Estado. Em resumo, será como tecer um cenário sobre o assunto, de forma que você possa ter uma atuação mais segura tanto na posição de sujeito passivo que é afetado pelas políticas públicas, enquanto cidadão, ou quando sujeito ativo, fazendo parte da execução delas, como agente público na sua área de atuação.

Conteúdo Programático 2: Processos de Política Pública. Construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Conteúdo Programático 3: Formulação de Políticas Públicas. Formulação das políticas públicas. A decisão e quais políticas serão desenvolvidas.

Conteúdo Programático 4: Etapas para formulação e elaboração das políticas públicas. Construção da agenda e quais são as principais etapas para formulação e elaboração das políticas públicas.

Conteúdo Programático 5: Gestão de Políticas Públicas. O objetivo desta aula é entender como ocorre o processo de gestão das políticas públicas, quais os procedimentos e modelos adotados e os

principais. Identificação dos responsáveis pela execução. Reflexão sobre a importância do papel dos servidores públicos na execução das ações e do almejado sucesso das políticas públicas.

Conteúdo Programático 6: Modelos e desafios à implementação. Classificações e estrutura para implementação. Desafios enfrentados para a implementação das ações governamentais.

Conteúdo Programático 7: Avaliação. Mecanismos de avaliação das políticas públicas, mensuração dos resultados alcançados, com a utilização dos indicadores de desempenho como ferramenta estratégica para mensurar a eficácia, eficiência e efetividade.

Conteúdo Programático 8: Formas de controle. Formas de controle, em especial a atuação dos órgãos de controle interno e externo. Conceito de accountability prestação de contas à sociedade.

Bibliografia:

ALECIAN, S. FOUCHER, D. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. Ijuí: Unijuí: 2011.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Avaliação e financiamento de políticas públicas**. Edições UESB, 1ª edição. 2008.

MACHADO JUNIOR, J. T.; REIS, H. da C. **A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal**. 34. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2012. TROSA, S. **Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. LEITE, M. I. P. de A. **Avaliação e financiamento de políticas públicas**. Itapetinga: Edições UESB, 2008. CRUZ, Flavio. **Comentários à lei n. 4.320**. São Paulo: Atlas, 1999.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1ª edição, São Paulo: Cengage. 2010.

TROSA, S. **Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

Demais referências

DIAS, J. C.; SIMÕES, S. A. S. (coord.) **Direito, políticas públicas e desenvolvimento**. São Paulo: Método, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PROCOPIUK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

THOENIG, Jean-Claude. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine LÉCA, Jean. **Traité de science politique**. V. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985.

VASQUEZ, D. A. REIS, Heraldo da Costa. **Execução Local Sob Regulação Federal: Impactos Da Lrf, Fundep e SUS nos municípios brasileiros**. São Paulo: Annablume, 2012.

Disciplina: Inovações e Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública

Ementa: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Desorganização Informacional. As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Competências e Habilidades:

- Entender a sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades e a novação de governo eletrônico;
- Compreender possíveis apropriações tecnológicas no campo da gestão pública, bem como a transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais.;
- Estudar modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras;
- Estudar processos de mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada.

Conteúdo Programático 1: Tecnologia da Informação: história e conceito. Evolução da TI. Demonstração do histórico da evolução de TI, as ondas e ciclos de TI.

Conteúdo Programático 2: Tecnologias emergentes e suas aplicabilidades. Tecnologias Emergentes – ECM. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Conteúdo Programático 3: Mapeamento, análise e modelagem de processos. Apresentar mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio. Elementos do Processo de Negócio. Apresentação dos padrões metodológicos.

Conteúdo Programático 4: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I. **Ciência, Tecnologia e Regionalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631.

CRUZ, T. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 3ª edição, 20ª reimpressão. São Paulo: Atlas. 2011. ISBN 9788522435227.

CRUZ, T. **WORKFLOW II. A Tecnologia Que Revolucionou Processos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. ISBN 9788576500192.

Demais referências

CASTELLS, M., **A Sociedade em Rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

COPPIN, B. **Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

CORRÊA, H. L. **Administração de Cadeias de Suprimentos e Logística: integração na era da Indústria 4.0**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, T. **BPM & BPMS: Business Process Management & Business Management System**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

CRUZ, T. **Sistemas, Métodos & Processos**. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

CRUZ, T. **Sistemas, Organização e Métodos**. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

CRUZ, T. **Gerência do Conhecimento**. Rio de Janeiro: E-Paper, 2007. ISBN 9788576501299.

FOROUZAN, B. A. **Comunicação de Dados e Redes de Computadores**. São Paulo: AMGH Editora, 2010.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JONES, T. **Supply Chain Management in the Petroleum Industry – the UK experience**. Rio de Janeiro: MDT International, 2010.

LAURINDO, J. **Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166.

LOZADA, G. **Planejamento e Controle da Produção Avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ROCHA, A.; VENDRAMETTO, O. **Seleção de Indicadores de Eficiência da Competitividade Industrial Brasileira**. São Paulo: Blucher, 2016.

SACOMANO, J. B. *et al.* **Indústria 4.0: conceitos e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2018.

SANTOS, M. P.; PERES, S. M.; PAULA, M. H. de. (Orgs.). **História, Cidades, Redes Políticas e Sociais**. São Paulo: Blucher, 2017.

SANTOS, P. K. dos; RIBAS, E.; OLIVEIRA, H. B. **Educação e Tecnologias**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SHARDA, R.; DELEN, D.; TURBAN, E. **Business Intelligence e Análise de Dados para Gestão do Negócio**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

SILVA, E. B. da *et al.* **Automação & Sociedade: Quarta Revolução Industrial, um olhar para o Brasil**. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

TURBAN, E. *et al.* **Business Intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ZOLNERKEVIC, I. Velozes e Poderosos. **Revista Unesp Ciência**, São Paulo, n. 2, p. 18-25, out. 2009. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed02/pdf/UC_02_Grid.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Disciplina: Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público

Ementa: Procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil.

Competências e Habilidades:

- Identificar e priorizar os problemas da cidade para o desenvolvimento de projetos que atentam as prioridades;
- Compreender as principais fontes de financiamento utilizadas;
- Entender o mecanismo da administração pública;
- Compreender a elaboração de um projeto para captação de recursos.

Conteúdo Programático 1: Captação de recursos públicos e planejamento orçamentário.

Conteúdo Programático 2: Fontes de financiamento e conceitos básicos.

Conteúdo Programático 3: Elaboração de projetos.

Conteúdo Programático 4: Fontes específicas e prestação de contas.

Bibliografia:

BRASIL, Portal da Transparência. Convênios e outros acordos. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/convenios-e-outros-acordos>. Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Convênios e outros repasses. 6 ed. Brasília: Secretaria Geral de Controle externo. 2016

BROSE, Markus. (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CECILIO, Luiz Carlos. **A imanência do planejamento e da gestão:** a experiência da Prefeitura Municipal de Curitiba. Brasília: ENAP, 1999.

COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato. (orgs.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2014.

De Toni, Jackson. **Guia para elaboração dos PPAs municipais**. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. Tradução de Luís Felipe R. del Riego. São Paulo: Fundap, 1996.

PEREIRA, Edmo da Cunha. **Governar o Município – Antes e depois da Posse**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

PMI - **PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE**. Guia PMBOK®: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. 6. Ed. Pennsylvania: PMI, 2017.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

